



Joaquim Celestino Ribeiro

1 - Qual a sua posição sobre o projecto de prospecção e exploração de lítio na Serra d'Arga e noutros pontos da geografia alto-minhota?

O projeto de prospecção e exploração de lítio na Serra d'Arga faz parte de um programa mais amplo que compromete de forma muito particular os XXI e XXII Governos e que não atendeu aos princípios e propósitos defendidos pelo PCP e pela CDU. Desde logo por negar a soberania nacional ao afastar a esfera pública do programa, entregando-o às mãos de privados. Mas vai mais longe ao negar a auscultação das populações, que, perante as evidências, muito justamente se opõem a este programa.

No distrito de Viana do Castelo, a CDU foi uma força atenta e consequente no acompanhamento das ações que os movimentos cívicos e as diferentes associações foram realizando. Participou e colaborou sempre que solicitada, fazendo valer, a todo o tempo, quer o interesse nacional, quer as vontades populares, construindo com o povo a ideia de que este é um programa que não salvaguarda o interesse da região nem das populações. Por isso tomou, em tempo útil, a decisão de promover também a campanha “Defender a Serra d'Arga – Revogar os contratos de exploração de lítio”. Da mesma forma, face ao relatório de avaliação ambiental preliminar, a CDU promoveu a participação na consulta pública e nela entendeu que a Serra d'Arga e toda a área prevista na “geografia alto-minhota” deve ser desconsiderada do programa.

Fica desta forma clara a posição da CDU, que se inscreve mesmo no seu compromisso eleitoral pelo Alto Minho. A CDU defenderá a garantia ao direito a um ambiente saudável e ao equilíbrio ecológico, combatendo a mercantilização da natureza e a recusa dos contratos de prospecção, pesquisa e exploração de lítio na região.

Importa ainda, numa nota de reconhecimento à iniciativa livre dos cidadãos, lembrar a capacidade de mobilização em torno da Serra d'Arga, território ímpar que agrega centralidades culturais ancestrais, suporte de biodiversidade, identidade paisagística e integridade regional, elementos que, ente outros, o povo defende e deseja proteger. A CDU está, como sempre esteve, do lado do povo, e com ele defenderá a Serra d'Arga e outros pontos da “geografia alto-minhota”.

2 - Concorde com a regionalização?

A regionalização é um imperativo constitucional que importa cumprir, a bem da nação. Este é um elemento fundamental na diminuição de assimetrias regionais, na fixação das populações, da disponibilidade de serviços públicos, combatendo a desertificação e o abandono das zonas periféricas, garantindo ainda a melhor distribuição no investimento a favor dos trabalhadores e do povo, dando respostas de mobilidade e de progresso às regiões. É a própria produção nacional, a criação de emprego, a melhoria de condições de trabalho e de salário, que sai beneficiada, colmatando a falha de poderes que ligam o poder central ao poder local. É também uma via de melhoria da capacidade de resposta do poder local, não o submetendo a assumir as responsabilidades do estado ditadas pelas transferências de competências para as autarquias, mas antes servindo as populações no respeito pelos poderes conferidos pela constituição. Não é por isso de duvidar desta defesa quando assistimos a ações contrárias que, no ardil do engano, alimentam a fantasia que se alia à descentralização sustentada nestas transferências de competências. A evidência dá prova de como com esta ação que une o PS à direita, o que assistimos é que à medida que mais competências são transferidas para as autarquias locais, mais encerramentos de serviços desconcentrados da administração central se verificam. E não vale a pena confundir com as entidades supramunicipais (CIM e Área Metropolitana), que não são autarquias, e menos ainda com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), agora “(pseudo) legitimadas” com um processo de escolha do seu presidente que mais não é que um arranjo entre partidos que possuem maior número de eleitos nos órgãos locais, ou, no caso do Vice-presidente, o maior número de presidentes de Câmara. Portanto, uma situação em que o povo é afastado, importando sobretudo perceber que as CCDR em nada substituem uma região administrativa, desde logo por serem meras estruturas da administração central, bastando para isso ver a quem responde o presidente de uma qualquer CCDR. Na verdade, não responde aos autarcas que o elegem, mas sim ao Governo que o tutela.

Por tudo isto, pela defesa da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo a regionalização como fator de desenvolvimento regional, coesão territorial e racionalização da administração pública, somos favoráveis à regionalização.

3 - Quais as principais propostas que apresenta ao eleitorado para o desenvolvimento desta região periférica?

Importa, antes de mais, lembrar que ao longo dos anos, as forças que integram a CDU – o PCP e o PEV – têm pautado a sua intervenção por uma permanente ligação à região, contactando com as populações, trabalhadores e instituições, assumindo-se, na Assembleia da República, como

portadores de respostas para os problemas que enfrentamos, mesmo sem qualquer deputado eleito pelo distrito de Viana do Castelo. É por isso fácil perceber que os deputados eleitos pela CDU são a sólida garantia de defesa de soluções para os problemas da região e do país, sendo urgente e necessário a eleição de um deputado da CDU por este círculo eleitoral. A 30 de janeiro não será eleito nenhum Governo, nem nenhum Primeiro-Ministro. Serão eleitos 230 deputados, 6 dos quais a partir do distrito de Viana do Castelo. E nenhum dos líderes nacionais dos partidos é candidato pelo distrito de Viana do Castelo, apesar de se exporem cartazes nesta região com as suas imagens. Esta é mais uma ação de engano sobre as populações.

A eleição de um deputado da CDU pela região será garantia, em primeiro lugar, de cumprimento das funções de deputado na Assembleia da República, defendendo a região e o país, porque o que importa à região, importa ao país. Mas é no compromisso eleitoral da CDU para a região que se mede o que se assume prioritário nesta candidatura e que passam por:

1. Desenvolver a região e combater as assimetrias e desigualdades, promovendo o investimento público orientado para esbater as desigualdades dentro do distrito e concretizando a regionalização;
2. Melhorar as respostas sociais aos que mais precisam, garantindo os direitos das crianças e dos pais, a gratuitidade das creches e sua efetiva rede pública;
3. Defender e reforçar serviços públicos e as funções sociais do Estado, dando prioridade ao Serviço Nacional de Saúde enquanto garantia do direito do povo português à saúde, fixando e atraindo profissionais, valorizando carreiras e remunerações, garantindo mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos e combater o favorecimento do negócio dos grupos privados com a saúde, dotando a ULSAM de todos os recursos necessários aos cuidados de saúde primários, hospitalares e integrados, nomeadamente clínicos e de diagnóstico;
4. Extinguir a AdAM assegurando a integração dos serviços nas Câmaras, anulando os enormes aumentos implementados em alguns concelhos e impedindo qualquer caminho de privatização deste bem público;
5. Garantir o direito à habitação digna, aumentando a disponibilidade de habitação pública e promovendo a estabilidade e regulação dos preços de arrendamento e o combate à especulação;
6. Avançar no direito à mobilidade, criando uma rede de transportes no Alto Minho, com mais e melhores transportes públicos, reforçando o serviço da linha ferroviária do Minho, garantindo a ligação rodoviária entre todos os concelhos do distrito, implementando a redução tarifária em todo o distrito com equiparação aos preços das áreas metropolitanas e caminhando para a gratuitidade tarifária, não esquecendo a revogação das portagens na A28;
7. Garantir o direito a um ambiente saudável e ao equilíbrio ecológico, combatendo a mercantilização da natureza, defendendo o Parque Nacional Peneda Gerês e a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, recusando ainda todos os contratos de prospeção e exploração de Lítio na região, que não salvaguardam o interesse da região nem das populações.

É neste quadro que um deputado da CDU eleito pelo distrito de Viana do Castelo levará a intervenções na Assembleia da República que promovam o avanço no desenvolvimento económico sustentado, o aumento geral dos salários como emergência nacional, o combate à precariedade e à desregulação dos horários, a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Será ainda dada voz à produção nacional, estando ao lado dos produtores e atendendo às potencialidades da região, designadamente na Agricultura e Pescas. Mas será ainda feita intervenção conducente à recuperação do controlo público sobre os setores estratégicos, onde se inserem os ENVC, colocando-os ao serviço do país e do seu desenvolvimento. Serão ainda apoiadas as micro, pequenas e médias empresas regionais, atendendo às suas especificidades e necessidades concretas. No plano do trabalho será defendida a estabilidade no emprego, nos horários e no aumento dos salários. A ação política em torno da natalidade, invertendo a quebra demográfica, travando a emigração e defendendo o direito à habitação, será igualmente levada pelo deputado eleito da CDU, ao que se somará a intervenção na valorização das reformas, das pensões e das prestações sociais, combatendo a pobreza entre os idosos, valorizando as longas carreiras contributivas, assegurando uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade e à deficiência.

Para a execução de todo este trabalho é dada prioridade à ligação entre o deputado eleito e a região, os seus agentes, os trabalhadores e o povo.

A CDU é uma força necessária e é hora do Alto Minho dar força à CDU elegendo, pela primeira, um deputado pelo distrito de Viana do Castelo.

Não deixamos de registar como o próprio conceito de “periférica” inscrito nesta questão se consagra nas assimetrias existentes no país que ao longo de mais de quatro décadas tem desvalorizado a região. Esse é um combate que urge travar, fazendo emergir as potencialidades da região, garantidas pela sua localização e pelos seus recursos, dando garantia de fixação da população e de projetos de vida na região.

4 - O que é um bom resultado eleitoral no distrito de Viana do Castelo para a sua formação política?

Esta é uma candidatura forte, nascida da experiência no território do Alto Minho, prontamente, e sem hesitações, constituída e apresentada ainda em novembro, sendo por isso a primeira força a tornar pública a sua candidatura, mesmo que alguns órgãos de comunicação social não tenham disso feito qualquer nota. Integra eleitos municipais de vários municípios, responsáveis sindicais, independentes e profissionais de diferentes áreas e de um largo espetro do território distrital, mostrando conhecimento das realidades locais e das dificuldades e potencialidades regionais. Os contactos mantidos com a população dão nota desse mesmo reconhecimento. Há, no entanto, uma campanha extra, que foge às esperadas ações de esclarecimento e que conta com recursos com

os quais a CDU não pode contar e que difunde mensagens que dão por certo vitórias e derrotas, como que se nem fosse necessário que o povo se pronunciasse nas urnas. Infelizmente os meios são desmesurados e torna-se muito difícil chegar a todos os Alto-Minhotos, dedicando-lhes o tempo necessário para o melhor esclarecimento. Apesar disso, a CDU está no terreno, tem reunido com agentes do distrito nas mais diversas áreas, tem contactado diretamente com a população e em resultado, nunca esquecendo que só o povo pode decidir, estamos convencidos que temos trabalho feito, e outro já calendarizado, capaz de gerar a confiança necessária na CDU em todo o Alto Minho, traduzindo-se num aumento das intenções de voto.

Lidero a lista da CDU candidata pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo. Toda a lista apresenta candidatos capazes do melhor desempenho em caso de eleição. Não faz qualquer sentido que os candidatos não se encontrem disponíveis para as decisões tomadas pela população e a CDU assumirá todas as responsabilidades que o resultado eleitoral determine. Por isso é importante reforçar a CDU. Neste cenário de reforço, a única força que em todo o Alto Minho tem assumido total coerência na sua intervenção em defesa das populações, dos trabalhadores e do interesse nacional, do que é exemplo a água e o lítio, é de facto a CDU. É neste esclarecimento que determine o voto consciente e informado que é esperada a eleição de um deputado pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo.

Importa ser claro com a população. A 30 de janeiro o Alto Minho elegerá 6 deputados. Nunca até à data foi eleito qualquer deputado da CDU. Nós estamos certos que mais um deputado dos mesmos que ao longo de mais de 40 anos não resolveram os problemas da região e do país, não é solução. Por isso entendemos que para a região servirá muito mais um eleito da CDU que mais um dos outros. Essa é a decisão a tomar pela população.

Aliás, não deixa de ser estranho que alguns dos outros partidos, ainda antes das eleições já se julguem eleitos, desprezando a capacidade de decisão do Alto Minho. Nós, CDU, tudo faremos para que o círculo eleitoral de Viana do Castelo faça a sua eleição apenas a 30 de janeiro, acreditando ser possível, para melhor servir a região, a eleição de um deputado da CDU.

O que importa à região, importa ao país. Acreditamos estar no caminho certo, do lado do aumento geral dos salários, da revogação das gravosas leis laborais, do SNS, da valorização das pensões e das longas carreiras contributivas, dos direitos das crianças e dos pais, da valorização dos serviços públicos, das respostas aos graves problemas da habitação, da garantia ao direito ao transporte, da maior justiça fiscal, da dinamização da atividade produtiva, do apoio às micro pequenas e médias empresas e do investimento público. O povo português sabe que a CDU não abdica destas defesas e elas expressam objetivamente as necessárias ações políticas esperadas pelos trabalhadores e pelo povo. Não falamos de qualquer situação em abstrato, mas da vida real dos portugueses. Por isso, caso seja dada oportunidade ao verdadeiro esclarecimento, à

construção informada do voto dos portugueses, estamos certos que o voto certo será na CDU, refletindo-se no seu reforço na Assembleia da República. Mas caberá sempre ao povo a decisão, no momento do voto.